

BREVE HISTÓRIA DO ESPAÇO NA TEORIA DA LITERATURA

Luis Alberto Brandão
Universidade Federal de
Minas Gerais

RESUMO: *Este artigo investiga a relevância da categoria espaço e suas variações conceituais no âmbito da Teoria da Literatura, abrangendo as correntes do princípio do século XX e o pensamento estruturalista. Como significativos desdobramentos ou questionamentos deste último, a Desconstrução, os Estudos Culturais e a Teoria da Recepção são expostos segundo seus principais aspectos de espacialização.*

Palavras-chave: espaço; teoria da literatura.

ABSTRACT: *This paper investigates the relevance of category space and its conceptual variations in the field of Literary Theory, enclosing early XXth Century tendencies and the structuralist thought. As important developments and replies to that thought, Deconstruction, Cultural Studies and Reception Theory are exposed according to its main aspects of spatialization.*

Keywords: space; literary theory.

1. Histórias do espaço

Quando se pretende discutir a questão do espaço segundo um viés diacrônico, é preciso levar em conta duas perspectivas, em geral intimamente relacionadas. A primeira propõe que uma “história do espaço” - ou seja, um registro das modificações que envolvem tal categoria no decorrer de determinado período - seja constituída por meio do levantamento das diferentes formas de percepção espacial, as quais incluem tanto os sentidos do corpo humano quanto os sistemas tecnológicos, rudimentares ou complexos, de observação, mensuração e representação. A segunda perspectiva propõe que se indaguem as transformações do espaço exatamente como conceito, construto mental utilizado na produção do conhecimento humano, seja de natureza científica, filosófica ou artística. No primeiro caso, tem-se, pois, a fundamentação empírica da “história do espaço”; no segundo, a historicidade da categoria espaço segundo uma perspectiva epistemológica.

Um breve exame da história da cartografia é suficiente para demonstrar que as formas de representação espacial variam de acordo com a relação que cada época e cultura possui com o espaço, relação que abarca possibilidades de percepção e uso, definidas por intermédio de condicionantes econômicos, sociais e políticos. Assim é que os

mapas medievais, em decorrência do relativo isolamento dos espaços feudais europeus, acentuam as qualidades sensoriais e simbólicas, mas não as racionais e objetivas, da ordem espacial, como é o caso dos mapas renascentistas, que refletem o desejo de conquista e domínio dos espaços. Já a cartografia moderna fundamenta-se na concepção iluminista de um espaço passível de ser minuciosa e racionalmente apreendido e, conseqüentemente, apropriado e controlado.⁴⁰

“Sendo o espaço um ‘fato’ da natureza, a conquista e organização racional do espaço se tornou parte integrante do projeto modernizador”, afirma David Harvey (1993, p.227), defendendo uma periodização na qual ao movimento de racionalização do espaço do Iluminismo se seguiria, a partir de meados do século XIX, a tipicamente modernista “compressão do tempo-espaço”, cuja ênfase no sentido de mudança e progresso revelaria o caráter heterogêneo e não absoluto do espaço. Tal compressão, por sua vez, se radicalizaria a partir dos anos 60-70 do século XX, gerando a espacialidade disruptiva caracterizadora da “condição pós-moderna”, em que se constata o conflito entre, por um lado, a tentativa de preservar e constituir lugares de identificação, e, por outro, a progressiva abstração e virtualização dos espaços, sobretudo de natureza pública.⁴¹

40 Cf. AGUILAR: 1967; JOLY: 1990; DREYER-EIMBRCKE: 1992.

41 HARVEY: 1993, partes III e IV. O raciocínio de Harvey, baseado no estudo dos movimentos do Capitalismo, é desenvolvido também no livro *The urban experience: “I argue that the very existence of money as a mediator of commodity exchange radically transforms and fixes the meanings of space and time in social life and defines limits and imposes necessities upon the shape and form of urbanization”* (1989, p.165).

Outro modo privilegiado de se abordar a historicidade do espaço segundo um prisma de descrição empírica é mediante o estudo das transformações da mais persistente e complexa forma de organização espacial humana: a cidade. No âmbito do Urbanismo, também se observa a tendência de uma categorização que ressalta as especificidades da cidade medieval em contraposição à cidade antiga, o processo de desruralização associado à consolidação da cidade moderna, e, por fim, o processo de “poliocentrismo” das metrópoles contemporâneas, que, aliado a outros processos, estaria colocando em xeque as próprias fronteiras do que se entende por cidade.⁴² Jacques Le Goff, para se referir ao fenômeno da conurbação, observa que é inadequado utilizar o termo *cidade*, já que se trata de algo impreciso, no máximo “espaços de formas urbanas”, nos quais “os campos são submersos e as cidades, como que inundadas: não se sabe mais muito bem quais deles invadem os outros” (1998, p.149-150).

Aliados à história dos espaços urbanos, há também esforços de se mapear as mudanças de configuração de outros tipos de espaço. Isso se verifica, por exemplo, no livro **Casa - pequena história de uma idéia**, em que o arquiteto Witold Rybczynski (1996) analisa a evolução dos arranjos adotados nas edificações que se destinam à moradia humana, e os valores a elas associados. Já em **Corpo e pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental**, Richard Sennet propõe uma investigação das “relações entre os corpos humanos no espaço” (1997, p.17), abarcando desde

42 Para uma discussão sobre a história das cidades, ver BENEVOLO: 1997; GEDDES: 1994; MORRIS: 1984; MUMFORD: 1965.

a Atenas em seu período de apogeu até a Nova York do século XX. Às mesmas relações, mas centrado somente na atualidade, dedica-se David Harvey no capítulo intitulado “On bodies and political persons in global space”, em que parte do princípio de que “the body is not a closed and sealed entity, but a relational ‘thing’ that is created, bounded, sustained, and ultimately dissolved in a spatiotemporal flux of multiple processes” (2000, p.98).

Paralelamente a uma historiografia do espaço, desenvolvida segundo o viés de sua natureza empírica ou perceptiva, é de fundamental relevância a perspectiva que coloca em foco as transformações históricas do conceito de espaço. Tal “historiografia epistemológica do espaço” depende, naturalmente, de se reconhecer que o conceito de espaço atua como elemento importante em vários campos do conhecimento. É mais adequado, pois, se falar que o espaço possui distintas histórias, dependendo do campo que se enfoca, mesmo que, freqüentemente, haja cruzamentos entre campos e, como conseqüência, intercessões das histórias, o que demanda uma abordagem transdisciplinar.

Nas Ciências Sociais, segundo defendido por Edward Soja, ao se propor hoje uma história das relações entre espaço e tempo, verifica-se que a primazia teórica da História (derivada da noção de que o espaço é um mero “cenário” para o desenrolar do tempo) deve ser questionada. Assim, a pós-modernidade seria caracterizada pelo projeto de “abrir e recompor o território da imaginação histórica através da espacialização crítica” (1993, p.19), projeto que corresponde a uma reversão da tendência, predominante nas abordagens sociais teóricas do século XIX, de se privilegiar o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia.

Tal reversão, acentuada sobretudo a partir dos anos 60 do século XX, representa uma “reequilíbrio” entre a noção de seqüência – típica de uma perspectiva que prioriza o caráter temporal – e a de simultaneidade – associada a uma perspectiva espacializante:

Assim, o fluxo seqüencial é freqüentemente desviado para levar concomitantemente em conta as simultaneidades, os mapeamentos laterais que possibilitam entrar na narrativa quase que em qualquer ponto, sem perder de vista o objetivo geral: criar modos mais criticamente reveladores de examinar a combinação de espaço e tempo, história e geografia, período e região, sucessão e simultaneidade. (SOJA: 1993, p.8)

Também no campo da Física se pode pensar em uma atribulada história que teria dois personagens centrais. De um lado, encontra-se o conceito newtoniano de espaço absoluto. Segundo Margaret Wertheim, no livro **Uma história do espaço**, “trata-se da noção de que o espaço forma um pano de fundo absoluto para o universo, uma moldura absoluta contra a qual tudo o mais pode ser medido de maneira única” (2001, p.124). Do outro lado, há o conceito de espaço relativístico proposto por Einstein, segundo o qual o tempo é tomado como uma quarta dimensão do espaço, que, por sua vez, está em constante expansão. A concepção dinâmica de espaço coloca sob suspeita o paradigma teórico que se consolidara até então. Nas palavras de Einstein: “na imaginação dos físicos, o espaço conservou até os últimos tempos o aspecto de um território passivo para todos os acontecimentos, estranho ele mesmo aos fenômenos físicos” (1981, p.168-169).

Quanto a uma história do conceito de espaço na Filosofia, seria necessário configurar um percurso que levasse em consideração, entre outras, a perspectiva idealista, sintetizada na pressuposição kantiana de que espaço e tempo são categorias apriorísticas;⁴³ a fenomenológica, que propõe uma ontologia dos espaços - associando o espaço ao ser, como em Martin Heidegger,⁴⁴ ou à imaginação poética, como em Gaston Bachelard⁴⁵ - ; e as tentativas de teorização da filosofia contemporânea, como é o caso das “heterotopias” de Michel Foucault, que afirma: “Space is fundamental in any form of communal life; space is fundamental in any exercise of power” (1984, p.252); e da “Geofilosofia” proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, na qual o pensamento é concebido como séries de movimentos de “territorialização” e “desterritorialização” (1992 e 1997), defendendo que à Geografia se atribua um novo papel em relação à História: “A geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a história. Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência” (1992, p.125).

2. Espaço na Teoria da Literatura

Cabe indagar, então, qual o papel representado pela categoria espaço no percurso

histórico da Teoria da Literatura, compreendida na acepção moderna de campo conceitual e metodológico voltado para o objeto literário e com potencial de estabelecer e regular as próprias peculiaridades. A consolidação da Teoria da Literatura se inicia nos primórdios do século XX mediante a busca pela especificidade de seu objeto - a busca pela *literariness*, ou literariedade⁴⁶ -, o que pressupunha o distanciamento da Estética (como ramo da Filosofia), a recusa das análises de cunho impressionista ou de decodificação simbólico-metafísica, e o questionamento de abordagens cuja ênfase recaía em aspectos “extrínsecos” ao texto, de natureza historicista, psicológica, biográfica ou sociológica. A perspectiva imanentista, dominante no Formalismo Russo, no New Criticism norte-americano, na Fenomenologia, na Estilística, e que de certa forma encontra seu ponto de articulação e equacionamento no Estruturalismo francês, esteve associada não apenas à difusão da Lingüística, mas à grande força do pensamento de vanguarda, ou, se se preferir, do projeto artístico modernista, na primeira metade do século XX.

Essa associação torna tentadora a hipótese de que a categoria espaço não ocupa posição de destaque nas teorizações de tais correntes pelo fato de que, em linhas gerais, as vanguardas se recusam a atribuir à arte o papel de representação da realidade. Assim, se o espaço era visto como categoria empírica derivada da percepção direta do mundo, conforme a tradição realista-naturalista, vinculada à linhagem positivista do século XIX, este não desperta especial interesse teórico em um

43 Para discussão sobre o conceito de espaço em Kant, ver SANTOS: 2002, p.174-185.

44 Cf. em especial o ensaio “Construir, habitar, pensar” em HEIDEGGER: 2002, p.125-141.

45 Cf. BACHELARD: 1978 e seu discípulo DURAND: 2001.

46 Tradução preferível à difundida “literariedade”, pois parte, como no original russo, do substantivo “literatura”, e não do adjetivo “literário”, repleto de ressonâncias estetizantes em português.

pensamento que, essencialmente antimimético, já que concebe a mimese como *imitatio*, coloca no centro a própria linguagem. Luiz Costa Lima, no artigo significativamente intitulado “Um conceito proscrito: mimese e pensamento de vanguarda”, afirma: “a linguagem se converteu no centro a explorar e sua conquista se media por sua ductibilidade quanto ao que ignoram, desprezam ou temem os servidores, voluntários ou involuntários, da sociedade estabelecida. Como uma bola de neve, este processo cresce desde os românticos até o aparecimento das vanguardas, nas primeiras décadas do século XX” (1986, p.320).

De fato, se se pensa, por exemplo, no Formalismo russo, constata-se que a grande contribuição teórica se deu no campo da poesia, forma na qual era mais fácil demonstrar as premissas da distinção entre linguagem poética e cotidiana, da ênfase no desvio e no estranhamento (*ostranenie*), e, em especial, da atuação de um elemento funcional incontestável, que é o ritmo.⁴⁷ No Círculo Lingüístico de Praga, desdobramento do grupo russo, chega-se a postular, nas Teses de 1929, a existência de uma “língua poética”, a ser abordada em sua autonomia: “Em lugar da mística da causalidade entre sistemas heterogêneos, é preciso estudar a língua poética em si mesma” (GUINSBURG: 1978, p.43). Também no New Criticism é notável a primazia do texto poético, já que por intermédio deste se pode advogar a autonomia da linguagem literária e efetuar a crítica às falácias críticas, como a “falácia intencional”,

47 Para uma apresentação dos pressupostos formalistas, ver a coletânea TOLEDO: 1971. Para uma avaliação geral do legado do movimento, ver POMORSKA: 1972; TODOROV: 1970 e 1991; COSTA LIMA: 1973. Para a questão do ritmo, ver TINIANOV: 1975.

que remete o sentido do texto à intenção do autor; a “falácia afetiva”, que confunde o poema com o impacto provocado sobre o leitor; a falácia do “mimetismo da forma”, que concebe o poema como mera transcrição da experiência; e a “falácia comunicacional”, que supõe que o texto seja veículo para transmissão de idéias.⁴⁸

No campo da prosa, também há, sem dúvida, contribuições, especialmente no caso dos russos, como a aplicabilidade das noções de função e motivação, demonstrada no trabalho de Wladimir Propp (2000), e da distinção entre fábula e trama, entre *o quê* e *como* se narra.⁴⁹ Contudo, em nome do maior interesse no “procedimento” (*priom*), nos aspectos articulatórios, ou sintáticos, a teoria formalista da narrativa compreensivelmente privilegia o estudo da trama. A fábula, plano no qual o espaço se apresenta, teria como papel, para o analista, de meramente oferecer, à maneira de um léxico, os elementos a serem tramados. Não se pode esquecer, naturalmente, da colaboração de Mikhail Bakhtin, que, inspirado na teoria da relatividade, formula o conceito de “cronotopo” para evidenciar a “indissolubilidade de espaço e de tempo”, e para operar com uma “categoria contetudístico-formal da literatura” (1988, p.211). Por outro lado, também não se pode esquecer que Bakhtin, em decorrência de sua orientação sociológica, não se

48 Para uma síntese do ideário dos new critics, ver COHEN: 1983; para discussão sobre a falácia intencional, ver BEARSLEY, WIMSATT: 1983; sobre a falácia comunicacional, ver TATE: 1983, todos reunidos na coletânea Teoria da Literatura em suas fontes, organizada por COSTA LIMA (1983). Ver, também, a obra crítica de ELIOT (1989, 1991, 1992) e POUND (1991 e s/d).

49 Cf. Para um detalhamento da distinção fábula/trama, ver TOMACHEVSK (1971).

considerava formalista.⁵⁰ Além disso, suas reflexões sobre o “cronotopo” foram produzidas já nos anos 30, ou seja, posteriormente à extinção, por razões políticas, do movimento na Rússia.

2.1. Estruturalismo: espaço da linguagem

O Estruturalismo, que se difunde a partir dos anos 60 do século XX, tendo na França seu foco irradiador, surge como espécie de retomada e revisão dos pressupostos formalistas. Em sua qualidade de elo de continuidade com tal tradição, sobretudo em função do mesmo vínculo com a Lingüística,⁵¹ preserva a ênfase na “gramaticalidade” do texto literário, o que significa que, na teoria da narrativa, a categoria espaço, entendida como referência a um possível mundo extratextual reconhecível, continua a desempenhar papel secundário. Os focos de interesse são as vozes, as temporalidades e as ações.⁵² Para Roland Barthes, por exemplo, em “Introdução à análise estrutural da narrativa”, os dados espaciais são classificados como “informantes”, cuja função discursiva é atuar como “operador realista”, tarefa acessória em relação às “funções” (divididas em núcleos e catálises) que determinam as “articulações da narrativa” (1972: p.28-35).

50 Para uma discussão sobre o “formalismo” de Bakhtin, ver o prefácio de TODOROV para o livro *Estética da criação verbal*, de BAKHTIN (1997).

51 Para uma discussão dos aspectos centrais do pensamento estruturalista, em especial no que concerne à questão literária, ver GENETTE: 1968; COELHO: 1968; POUILLON: 1968; LÉVI-STRAUSS: 1968, reunidos na coletânea, organizada por COELHO, *Estruturalismo: antologia de textos teóricos* (1968); COSTA LIMA: 1973; CULLER: 1978; BARTHES: 1982.

52 Para estudos que buscam sistematizar uma “gramática da narrativa”, ver BARTHES et al: 1972; TODOROV: 1976; GENETTE: 1979; BREMOND: 1973; GREIMAS: 1976a e 1976b.

É no cerne do pensamento estruturalista, porém, que ganha força a idéia de que, a partir do privilégio da sincronia sobre a diacronia, as questões relativas a gênese ou filiação, ou seja, vinculadas a um “determinismo temporal”, dão lugar à investigação das relações que definem a coerência interna das obras, isto é, nas palavras de Gérard Genette, a um “determinismo espacial” (1968, p.379). É nesse sentido que François Dosse, em sua **História do Estruturalismo**, comenta a espantosa ausência da Geografia no cenário das discussões estruturalistas:

Essa ausência é tão mais surpreendente uma vez que pudemos avaliar a que ponto o estruturalismo privilegiou as noções de relações em termos de espaços, às custas de uma análise em termos de gênese. A sincronia substituiu a diacronia; após a investigação das origens, prevaleceu um esforço cartográfico, a atenção se deslocou para as diferentes inversões efetuadas pelo olhar e é impossível, portanto, não ficar muito surpreendido por não se encontrar a geografia no âmago dessa reflexão dos anos 60. (1993, p.347)

Observa-se que o espaço passa a ser tratado não apenas como categoria identificável em obras, mas como sistema interpretativo, modelo de leitura, orientação epistemológica. Simultaneamente a essa ampliação, e coerentemente com a tendência não-mimética baseada na concepção autotélica de linguagem, passa-se a falar, de maneira bastante genérica, e usualmente metafórica, em “espaço da linguagem”.⁵³ Genette conclui seu artigo “Espaço

53 É dentro dessa vertente que se poderia incluir o livro *O espaço literário*, de Maurice Blanchot, no qual se afirma: “Escrever é entregar-se ao fascínio da ausência de tempo” (1987, p.20).

e linguagem” afirmando: “Hoje, a literatura - o pensamento - exprime-se apenas em termos de distância, de horizonte, de universo, de paisagem, de lugar, de sítio, de caminhos e de morada: figuras ingênuas, mas características, figuras por excelência, onde a linguagem *se espacializa* a fim de que o espaço, nela, transformado em linguagem, fale-se e escreva-se” (1972, p.106). O artigo de Genette é uma análise do livro *L’espace humain*, em que Georges Matoré caracteriza o “espaço literário” precisamente em função das dimensões sensoriais que a linguagem pode explorar: “la conception de l’espace est une sorte de synthèse opérée en partant de différentes sensations” (1962, p.213). É nesse contexto que se pode compreender a recorrência da noção de *écriture* no trajeto intelectual de Roland Barthes, noção que abarca tanto a “intransitividade” da linguagem literária quanto sua qualidade “erótica”.⁵⁴ Também assim se entende a grande difusão, por intermédio de Roman Jakobson, do pressuposto de que, na função poética da linguagem, é a materialidade da palavra que se ressalta, o que reforça a autonomia desta em relação à realidade: “Com promover o caráter palpável dos signos, tal função aprofunda a dicotomia fundamental de signos e objetos”(JAKOBSON: s.d., p.128).⁵⁵

54 Ver, em especial, BARTHES:1986, 1982, 1987 e s.d. Para um debate sobre a noção de “escritura”, ver PERRONE-MOISÉS: 1978 e 1985.

55 Outro nome fundamental, profundamente marcado pelo pensamento estruturalista, é Octavio Paz. Ver, sobretudo, PAZ: 1976, 1979, 1989. Em O monogramático, Paz afirma: “Todo corpo é uma linguagem que, no instante de sua plenitude, se desvanece; toda linguagem, ao alcançar o estado de incandescência, se revela como um corpo ininteligível” (1988, p. 131).

Pode-se supor que, para conjugar o marcante antiempirismo - que oblitera o interesse pela categoria espaço segundo um prisma mimético - à obsessão sincrônica - que abre caminho ao fascínio por uma noção genérica de *espacialização* - o Estruturalismo extrai da realidade apenas o elemento sensível, justamente o que se manifesta nas formas -, aplicando-o como elemento essencial na definição da linguagem literária. Pode-se trabalhar com a hipótese, pois, de que, para o Estruturalismo, o espaço significa o veículo para se estabelecer um “empirismo da linguagem”. De qualquer maneira, talvez como sintoma das oscilações conceituais que envolvem o termo, naquela conjuntura intelectual não se gerou, no âmbito da Teoria da Literatura, nenhuma obra de vulto tendo o espaço como eixo principal,⁵⁶ como ao tempo Paul Ricoeur dedicou a monumental *Tempo e narrativa* (1994, 1995, 1997).

2.2. Espaço e Desconstrução

Quais são os desdobramentos do conceito de espaço posteriormente ao momento estruturalista? Em uma breve panorâmica, pode-se verificar que o denominado Pós-Estruturalismo, ou Desconstrucionismo, em geral representa a explicitação e a intensificação da *tendência espacializante*. Recusando as pretensões científicas do Estruturalismo, investe-se, sobretudo, contra a lógica que opera por pares opositivos, buscando-

56 Antonio Dimas, em Espaço e romance, livro publicado nos anos 80 do século XX, observa: “No quadro de sofisticação crítica a que chegaram os estudos sobre o romance, é fácil perceber que alguns aspectos ganharam preferência sobre outros e que o estudo do espaço não encontrou receptividade sistemática.” (1987, p.6).

se a crítica ao logocentrismo, ou seja, à ordem do *logos*, do sentido tomado como verdade. Deve-se ressaltar, contudo, que a Desconstrução - a que são associadas, não sem controvérsias, obras como, entre outras, as de Gilles Deleuze, Michel Foucault, Jacques Lacan, Paul de Mann e o último Roland Barthes, mas cujo cerne indubitável é a obra de Jacques Derrida - não é uma teoria. Conforme Jonathan Culler, “a desconstrução tem sido variadamente apresentada como uma posição filosófica, uma estratégia política ou intelectual e um modo de leitura” (1997, p.99). Não sendo uma teoria, muito menos uma teoria da Literatura, não se encontram aí categorias, mas uma discussão sobre possibilidades críticas de abarcá-las. Assim, não há contribuições específicas a se “aplicar” em determinado campo, mas a se inferir de suas propostas. Na questão do espaço, tal contribuição pode ser nitidamente verificada pelo menos em dois aspectos. O primeiro diz respeito à negação do sistema de oposições que inclui sentido/forma, alma/corpo, inteligível/sensível, transcendente/empírico, sistema no qual a categoria espaço, tendencialmente, é inserida no segundo termo. Derrida enfatiza que, em oposições como essas, há um sentido de anterioridade que trata o primeiro termo como essencial, originário, e o segundo como accidental, derivado, o que revela o gesto “metafísico”:

O projeto de remontar “estrategicamente”, idealmente, a uma origem ou a uma “prioridade” simples, intacta, normal, pura, própria, para pensar *em seguida* a derivação, a complicação, a degradação, o acidente etc. Todos os metafísicos procederam assim, de Platão a Rousseau, de Descartes a Husserl: o bem antes do mal, o positivo antes do negativo, o puro antes do impuro, o

simples antes do complicado, o essencial antes do accidental, o imitado antes do imitador etc. Esse não é *um* gesto metafísico dentre outros, é a exigência metafísica mais contínua, mais profunda e mais poderosa. (DERRIDA: 1991, p.130)

Segundo Terry Eagleton, é considerado metafísico “qualquer sistema de pensamento que dependa de uma base inatacável, de um princípio primeiro de fundamentos inquestionáveis, sobre o qual se pode construir toda uma hierarquia de significações” (1997, p.182). A crítica desconstrucionista, colocando sob suspeita as hierarquias, incide precisamente sobre tais sistemas de pensamento. De acordo com essa crítica, deve-se problematizar o entendimento do espaço como categoria “menor”, sem poder de transcendência, excessivamente empírica, tributária da platitudo do universo sensível, facilmente domesticável pela razão. Simultaneamente, porém, num duplo movimento, deve-se recusar a pressuposição de que o espaço possa ocupar o primeiro termo de pares que opõem natureza e cultura, realidade e percepção, fato e interpretação. O espaço não é um “fato natural”, ou melhor, se há algo de “natural”, ressalte-se que a “natureza” não possui estatuto de presença absoluta. Para Derrida, em seu debate com a obra de Rousseau, “o conceito de natureza e todo o sistema que ele comanda não podem ser pensados a não ser sob a categoria irreduzível do suplemento (...), o que supõe que a natureza possa, às vezes, faltar a si mesma, ou, o que não é diferente, exceder a si mesma” (1973, p.219). A lógica suplementar é justamente aquela em que a “positividade de uma presença” é corroída: “acrescentando-se ou substituindo-se, o suplemento é *exterior*, fora da

positividade à qual se junta, estranho ao que, para ser por ele substituído, deve ser distinto dele. Diferentemente do *complemento*, afirmam os dicionários, o suplemento é uma adição *exterior*” (1973, p.178).⁵⁷ Por meio desse duplo movimento, deixa-se de conceber o espaço como entidade positiva, segundo um empirismo substancialista (de índole desqualificadora de sua dimensão corpórea ou de índole apologética de sua fixidez ontológica), e passa-se a tratá-lo como efeito da diferença, ou seja, segundo uma perspectiva radicalmente relacional.

2.3. Estudos Culturais: espaço e identidade

Uma segunda força intelectual que se insurge contra as premissas estruturalistas, em especial contra sua verve imanentista, são os denominados Estudos Culturais, que se organizam inicialmente na Inglaterra dos anos 60 e 70, mas são tributários da longa tradição marxista (que, no campo dos Estudos Literários, já havia gerado a Sociologia da Literatura⁵⁸). Os Estudos Culturais também não podem ser definidos como corrente teórica, e sim como “campo interdisciplinar”, “um movimento ou uma rede”, o que não exclui sua crescente “codificação acadêmica” (JOHNSON et al: 1999, p.9), sobretudo nos Estados Unidos. Na verdade, apresentam-se como crítica à própria noção de teoria; mais especificamente, como defesa de um processo de politização da teoria. Segundo Homi Bhabha,

57 Para um levantamento detalhado do léxico derrideano, e como demonstração da penetração de sua obra em setores universitários no Brasil dos anos 70, ver SANTIAGO: 1976.

58 Para uma apresentação da abordagem sociológica da literatura, ver “A análise sociológica” em COSTA LIMA: 1983, v.2.

Such negotiations between politics and theory make it impossible to think of the place of the theoretical as a metanarrative claiming a more total form of generality. Nor is it possible to claim a certain familiar epistemological distance between the *time and place* of the intellectual and the activist, as Fanon suggests when he observes that “while politicians situate their action in actual present-day events, men of culture take their stand in the field of history”. It is precisely that popular binarism between theory and politics, whose foundational basis is a view of knowledge as totalizing generality and everyday life as experience, subjectivity and false consciousness, that I have tried to erase. (1990, p.30)

Uma das estratégias principais adotadas para se efetivar a “politização da teoria” é a recusa da especificidade da produção artística - o que, no campo literário, significa contrapor-se frontalmente ao movimento gerador da Teoria da Literatura, baseado, como se viu, na tentativa de fundamentar as peculiaridades de seu objeto, movimento ainda muito marcante no pensamento estruturalista - e a apologia, como campo de ação, de uma ampla, não raro imprecisa, noção de cultura. Conforme reconhece Richard Johnson, “o termo ‘cultura’ tem valor como um lembrete, mas não como uma categoria precisa” (1999, p.24), e, ainda: “Para mim, boa parte das fortes continuidades da tradição dos Estudos Culturais está contida no termo singular ‘cultura’, que continua útil não como uma categoria rigorosa, mas como uma espécie de síntese de uma história” (1999, p.20).

Para os Estudos Literários, a conseqüência mais imediata da abordagem culturalista está na retomada da noção de literatura como *representação*,

ou seja, de uma revalorização da perspectiva mimética. A Literatura, que deixa de ter qualquer privilégio em relação à totalidade dos discursos em operação na sociedade, interessa à medida que se oferece como palco onde os vetores conflituosos de determinada configuração cultural se manifestam.⁵⁹ Para uma teoria do espaço, tal premissa parece, a princípio, significar uma abertura. De fato, o caráter agonístico das relações culturais coloca em foco os lugares nos quais os discursos são produzidos, o que explica, na difusão do “discurso culturalista”, a recorrência de termos como margem, fronteira, entre-lugar, metrópole, colônia, centro, periferia, ocidente, oriente. A “politização”, porém, se confundida com mero pragmatismo de interesses imediatistas,⁶⁰ por mais nobres que pareçam, corre o risco de levar a uma visão mecânica do que é o processo mimético no discurso literário, restaurando a concepção de jogo especular arte/sociedade, reveladora de uma visão determinista de História, e da eleição de um projeto de arte em que a afirmatividade se ergue em detrimento de um poder radical de negatividade, ou, dito de outra maneira, em que a negatividade é “domesticada”, tomada como instrumental por ideais afirmativos.

A politização da noção de teoria pode significar, entretanto, que também a noção de espaço se politiza. Isso se dá quando se concebe o espaço segundo o prisma de suas definições

identitárias, o que corresponde a deslocar a visão empirista de espaço, sem, contudo, negá-la. Mediante o enfoque nas identidades, que se definem na interação entre as subjetividades individuais e as referências coletivas, o tratamento do espaço não prevê que se dissocie, de sua materialidade, uma dimensão intensamente simbólica. Stuart Hall afirma: “Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos” (1999, p.71).

Naturalmente, o “espaço da identidade” é marcado não apenas por convergência de interesses, comunhão de valores e ações conjugadas, mas também divergência, isolamento, conflito e embate. Se, como o espaço, toda identidade é relacional, pois só se define na interface com a alteridade, é intrinsecamente político seu principal predicado. “Espaço de identificações” pode ser entendido, genericamente, como sinônimo de cultura. Com efeito, Edward Said abarca, com o termo cultura, a variabilidade de conotações atribuíveis ao espaço, variabilidade que demonstra a centralidade do espaço para a própria definição de cultura: “O sentido geográfico faz projeções - imaginárias, cartográficas, militares, econômicas, históricas ou, em sentido geral, culturais. Isso também possibilita a construção de vários tipos de conhecimento, todos eles, de uma ou outra maneira, dependentes da percepção acerca do caráter e destino de uma determinada geografia” (1995, p.118).

2.4. Teoria da Recepção: imaginário espacial

Não é desprezível, em termos teóricos, uma tendência à polarização que, no decorrer do século XX, se verifica nas correntes de investigação crítica

59 Para um debate sobre as relações entre Estudos Literários e Estudos Culturais, ver JITRIK: 2000; SARLO: 1998; SANTOS: 2000.

60 Tal pragmatismo se insinua, por exemplo, em Johnson, quando defende o impulso de se “lutar por um conhecimento realmente útil” (p.16) e de se “partir de casos concretos” (p.24). JOHNSON et al: 1999.

do objeto literário. Segundo tal polarização, é possível separar as abordagens que privilegiam as especificidades da Literatura como sistema de linguagem daquelas que se esforçam para compreendê-la em seu vínculo, mais ou menos determinista, com fatores socioculturais. Pode-se mesmo reconhecer, nesse embate dicotômico, a tensão entre o legado romântico-idealista, que advoga a autonomia da obra de arte, cuja negatividade se manifesta especialmente no universo das formas, e o legado realista-positivista, que concebe a obra como reflexo do mundo, sobretudo pelos conteúdos sociais que é capaz de veicular. É o que sugere Hans Robert Jauss: “Da orientação definida pela escola positivista e pela idealista destacaram-se a sociologia da Literatura e o método imanentista, aprofundando ainda mais o abismo entre poesia e História” (1994, p.14).

A tentativa de se contrapor a essa dicotomia pela ênfase em uma instância até então pouco explorada teoricamente - a recepção das obras - norteia o desenvolvimento da palestra de Jauss, que, proferida em 1967, é o marco inaugural da denominada Estética da Recepção.⁶¹ Para uma teoria do espaço na Literatura, o pressuposto geral dessa “Estética” tem desdobramentos estimulantes, pois o espaço, assim como qualquer outro elemento textual, deixa de ser tomado como categoria passiva - seja porque é tido como irrelevante para os movimentos da linguagem, seja porque se acredita que ele pode ser imediatamente “transposto” para o texto - e passa a ser concebido segundo um sistema, simultaneamente cultural e formal, de “horizontes de expectativas”, o qual define a

variabilidade histórica dos significados espaciais.

Wolfgang Iser, explorando os caminhos abertos por Jauss,⁶² percebe que uma teoria da recepção conduz, necessariamente, a uma reflexão sobre o imaginário:

A recepção não é primariamente um processo semântico, mas sim o processo de experimentação da configuração do imaginário projetado no texto. Pois na recepção se trata de produzir, na consciência do receptor, o objeto imaginário do texto, a partir de certas indicações estruturais e funcionais. Por este caminho se vem à experiência do texto. Na medida em que este se converte em um objeto estético, requer dos receptores a capacidade de produzir o objeto imaginário, que não corresponde às suas disposições habituais. Se o objeto imaginário é produzido como correlato do texto na consciência do receptor, pode-se então dirigir a ele atos de compreensão. Esta é a tarefa da interpretação. Dela resulta a conversão deste objeto imaginário em uma dimensão semantizada (*Sinndimension*). A recepção, portanto, está mais próxima da experiência do imaginário do que a interpretação, que pode apenas semantizar o imaginário. (1983, p.381)⁶³

62 Enquanto Jauss se associa à “Estética da Recepção”, voltada para o “horizonte de expectativa social”, Iser é vinculado, especialmente em decorrência de seu livro *O ato da leitura*, a uma “Estética do Efeito”, voltada para o “horizonte de expectativa interna ao texto”. A distinção é proposta por Jauss em “Estética da Recepção: colocações gerais” (1979, p.50).

63 Maior detalhamento, apresentado pelo próprio Iser, do vínculo entre a perspectiva recepcional e uma teoria do imaginário se encontra na palestra “O fictício e o imaginário”, publicada em ROCHA: 1999.

61 Para apresentação e discussão dos princípios da Estética da Recepção, ver JAUSS: 1994 e 1979; ZILBERMAN: 1989; COSTA LIMA: 1979; GUMBRECHT: 1998.

No caso do texto literário, pode-se afirmar que a experiência estética é, paradoxalmente, tão mais vinculada à realidade quanto mais exercita sua autonomia em relação a ela; tão mais penetrante e abrangente quanto mais aberta e especulativa. O caráter paradoxal da experiência literária se explica pelo fato de esta tornar possível o questionamento da oposição entre real e ficcional. Entretanto, para se investigar de que maneira a dicotomia é transgredida, não basta que se afirme que a Literatura opera a suspensão de limites, utilizando-se o argumento de que a ficção traz elementos de realidade e de que esta contém elementos ficcionais. Se se deseja fazer jus à complexidade da experiência proporcionada pela Literatura, é imprescindível que se rompa com o próprio sistema de oposições, mediante o esforço de se conceber uma relação que incorpora, ao par comumente convocado para a equação que tenta descrever o funcionamento do “mecanismo” literário, uma terceira noção, cuja presença redefine o papel dos outros dois termos. Esse terceiro ingrediente é o imaginário.

Segundo Iser, “como o texto ficcional contém elementos do real sem que se esgote na descrição deste real, então o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingido, a preparação de um imaginário” (1996, p.13). A consequência mais imediata dessa concepção triádica reside no imperativo de se abandonar a pretensão de que seus termos possam ser determinados ontologicamente - pretensão que se manifesta, por exemplo, quando se supõe que o fictício se define pela eliminação dos atributos da realidade. Na tríade, importa a natureza relacional dos termos, sem que se possa jamais estabelecer fundamentos.

Assim, pode-se afirmar que o fictício é uma realidade que se repete pelo efeito do imaginário, ou que o fictício é a concretização de um imaginário que traduz elementos da realidade, mas a rigor não se pode dizer o que são o real (a não ser que este corresponde ao “mundo extratextual”), o fictício (além de que se manifesta como ato, revestido de intencionalidade) e o imaginário (exceto que possui caráter difuso, e que deve ser compreendido como um “funcionamento”) (p. 13-16).

Propõe-se, assim, que se pense a Literatura segundo uma perspectiva antropológica ampla, ou seja, como produto humano e simultaneamente definidor do humano. Trata-se, pois, não de adotar a mirada da Antropologia como disciplina constituída (mesmo que não se descartem diálogos com vertentes das antropologias cultural, filosófica, social, estrutural, gerativa, histórica), mas de conceber uma Antropologia Literária, que parte da idéia de que há uma “plasticidade humana” (ISER: 1996, p.8) que se manifesta de maneira privilegiada na Literatura e nas artes, já que estas são capazes de oferecer uma “auto-interpretção do homem” (p.10). Desse modo, deixa de possuir relevância a discussão sobre a ênfase na forma ou no conteúdo, significativo ou significado, materialidade ou mimese, já que a Literatura é entendida como operação que converte a plasticidade humana em texto. Tal plasticidade abarca a experiência do homem com o que percebe como real, o processo imaginário de conceber as limitações e as potencialidades de tal experiência, e a transformação desse processo em obras, ou seja, a concretização do imaginário por meio da ficção. Naturalmente, o fictício e o imaginário estão presentes em qualquer atividade humana; na Literatura, contudo, estes se apresentam segundo

uma articulação organizada, que pode ser mapeada em termos sincrônicos e diacrônicos. Na Literatura, o fictício, que é, entre os três termos, o que tem caráter de *ato*, assume papel essencial de transgressão de limites, tanto do que há de *determinação* do real (já que, na ficção, isto é, nas obras, o real se revela transfigurado por efeito do imaginário), quanto do que há de *difuso* do imaginário (já que, na ficção, o imaginário ganha uma determinação - que é, a princípio, um atributo de realidade) (p.14-15).

São inúmeras as potencialidades sugeridas pelas relações entre real, fictício e imaginário para se investigar a questão do espaço. Pode-se pensar, em primeiro lugar, que, historicamente, há distintas conformações de uma *realidade espacial*, como modo de percepção empírica, associada a métodos de observação e representação do espaço e a modelos de organização geopolítica e econômica. Mas deve-se pensar também na existência de um *discurso espacial*, conjunto de produtos, com graus variados de formalização - incluindo-se aí, sem dúvida, a própria Literatura, mas também os discursos científicos e filosóficos - no qual se concretiza, além de um sistema conceitual e operacional, um quadro de referências simbólicas e um conjunto de valores de natureza cultural a que genericamente se denomina *imaginário espacial*. Se o espaço, como categoria relacional, não pode fundamentar a si mesmo, é por meio de suas “ficções” que ele se manifesta, seja para vir a ser tomado por real, seja para reconhecer-se como projeção imaginária, ou, ainda, para se explicitar, na auto-exposição de seu caráter fictício, como realidade imaginada.

3. Linhas de força do espaço

O panorama apresentado, mesmo sem a

intenção de ser exaustivo,⁶⁴ demonstra a relevância de se investigar o papel desempenhado pela categoria espaço, ou pelos processos de espacialização, na produção intelectual que toma o texto literário como *corpus* de análise. Após o questionamento da primazia do pensamento estruturalista, abrem-se perspectivas capazes de trazer à tona linhas de força teóricas que, colocadas em diálogo, podem colaborar para o esboço, segundo um enfoque centrado na atualidade, de uma teoria do espaço na Literatura. A partir da contribuição desconstrucionista, pode-se pensar o espaço simultaneamente como sistema de organização e de significação. Trata-se, pois, de uma questão de natureza semiótica, amplamente verificável quando se aproximam o espaço urbano e o literário. As indagações culturalistas, atentas à questão das identidades sociais e à configuração das esferas públicas, evidenciam que ao espaço se vincula uma questão de cunho eminentemente político. Por fim, a Antropologia Literária, por meio de uma inspiração recepcional, e colocando em cena a noção de imaginário, sugere que a abordagem do espaço é tributária de um debate tanto filosófico quanto antropológico.

64 Para mapeamentos abrangentes do percurso das tendências da Teoria da Literatura, ver COSTA LIMA: 1983; EAGLETON: 1997; FOKKEMA, IBSCH: 1992; FREADMAN, MILLER: 1994; LOPES: 1997; SELDEN, WIDDOWSON: 1993; TADIÉ: 1992; NÓTH: 1999; COELHO: 1982; RIVKIN, REJAN: 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, José (ed.). **História da cartografia**. Rio de Janeiro: Codex, 1967.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço In: *Bachelard*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Unesp, Hucitec, 1988.
- BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- BARTHES, Roland. **Novos ensaios críticos seguidos de O grau zero da escritura**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BEARDSLEY, M. C., WIMSATT, W. K. A falácia intencional. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BHABHA, Homi K. **The location of culture**. London, New York: Routledge, 1990
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BREMOND, Claude. **Logique du récit**. Paris: Seuil, 1973.

- COELHO, Eduardo Prado (org.). **Estruturalismo — antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugália, 1968.
- COELHO, Eduardo Prado. Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In: COELHO, Eduardo Prado (org.). **Estruturalismo — antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugália, 1968. p. i-lxxv.
- COELHO, Eduardo Prado. **Os universos da crítica**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- COHEN, Keith. O New Criticism nos Estados Unidos. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.
- COSTA LIMA, Luiz (org.). **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COSTA LIMA, Luiz. A análise sociológica. In: COSTA LIMA (org.). **Teoria da Literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.
- COSTA LIMA, Luiz. O Formalismo Russo e os limites da problemática estética. In: COSTA LIMA, Luiz. **Estruturalismo e teoria da literatura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- COSTA LIMA, Luiz. O leitor demanda d(a) teoria, In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COSTA LIMA, Luiz. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (2 vol.)
- CULLER, Jonathan. **La poética estructuralista**. Barcelona: Anagrama, 1978.
- CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. São Paulo: Ed. 34, 1997. Vol. 5.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papirus, 1991.
- DIMAS, Antonio. **Espaço e romance**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Ensaio, 1993. (2 vol.).
- DREYER-EIMBRCKE, Oswald. **O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1992.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ELIOT, T. S. **De poesia e poetas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ELIOT, T. S. **Ensaio escolhidos**. Lisboa: Cotovia, 1992.
- ELIOT, T. S. **Ensaio**. São Paulo: Art, 1989.
- FOKKEMA, D. W., IBSCH, Elrud. **Teoria de la literatura del siglo XX**. Madrid: Cátedra, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Space, knowledge and power. In: RABINOW, Paul (Ed.). **The Foucault reader**. London: Penguin Books, 1984.
- FREADMAN, R., MILLER, S. **Re-pensando a teoria; uma crítica da teoria literária contemporânea**. Campinas, Unesp, 1994.
- GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas: Papirus, 1994.
- GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Arcádia, 1979.
- GENETTE, Gérard. Estruturalismo e crítica literária. In: COELHO, Eduardo Prado (org.). **Estruturalismo — antologia de textos teóricos**. Lisboa: Portugália, 1968. p. 367-392.
- GENETTE, Gérard. **Figuras**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GREIMAS, A. J. **Ensaio de semiótica poética**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GUINSBURG, J. (org.). **Círculo lingüístico de Praga**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. As conseqüências da Estética da Recepção: um início postergado. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Corpo e forma; ensaios para uma crítica não-hermenêutica**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, David. **Spaces of hope**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- HARVEY, David. **The urban experience**. Baltimore, London: The John Hopkins University Press, 1989.
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: **Ensaio e conferências**. 2. ed. Petrópolis, Bragança Paulista: Vozes, Universidade São Francisco, 2002.
- ISER, Wolfgang. **O ato de leitura; uma teoria do efeito estético**. São Paulo: 34, 1996, 1999. (2 vol.)

- ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- ISER, Wolfgang. Problemas da teoria da literatura atual. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II. p. 359-383.
- JAKOBSON, R. **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- JAUSS, Hans Robert. A Estética da recepção: colocações gerais. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- JITRIK, NOÉ. Estudios culturales/estudios literários In: PEREIRA, Maria Antonieta, REIS, Eliana Lourenço (org.) **Literatura e estudos culturais**. Belo Horizonte: PosLit/Nelam, 2000. p. 29-41.
- JOHNSON, Richard et al. **O que é afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas: Papyrus, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- LOPES, Edward. **A identidade e a diferença**. São Paulo: Edusp, 1997.
- MATORÉ, Georges. **L'espace humain**. Paris: La Colombe, 1962.
- MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- NÖTH, Winfred. **A semiótica no século XX**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.
- PAZ, Octavio **Signos em rotação**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- PAZ, Octavio. **Conjunções e disjunções**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- PAZ, Octavio. **Los hijos del limo**. 2.ed. México: Seix Barral, 1989.
- PAZ, Octavio. **O mono gramático**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Roland Barthes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Texto, crítica, escritura**. São Paulo: Ática, 1978.
- POMORSKA, Krystyna. **Formalismo e futurismo**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- POUND, Ezra. **A arte da poesia**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

- POUND, Ezra. **Abc da literatura**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- PROPP, Wladimir. **Morfologia do conto**. 4.ed. Lisboa: Vega, 2000.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994, 1995, 1997. (3 vol.)
- RIVKIN, J., REJAN, M (ed.), **Literary theory: an anthology**. Malden, Oxford: Blackwell, 1998.
- ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- RYBCZYNSKI, Witold. **Casa, pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTIAGO, Silviano (org.). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço; diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- SANTOS, Luis Alberto Brandão. **Cristalizações do discurso multiculturalista**. In: PEREIRA, Maria Antonieta, REIS, Eliana Lourenço (org.) **Literatura e estudos culturais**. Belo Horizonte: PosLit/Nelam, 2000. p. 53-59.
- SARLO, Beatriz. **Estudios culturales y crítica literaria. Letra internacional**. Madrid, Julio-agosto 1998, p. 4-12.
- SELDEN, Raman, WIDDOWSON, Peter. **A reader's guide to contemporary literary theory**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra; o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TADIÉ, Jean-Yves. **A crítica literária no século XX**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.
- TATE, Allen. **Tensão em poesia**. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.
- TINIANOV, Iuri. **O problema da linguagem poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- TODOROV, Tzvetan. **A herança metodológica do Formalismo**. In: TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- TODOROV, Tzvetan. **El lenguaje poético (los formalistas rusos)**. In: **Crítica de la crítica**. Barcelona: Paidós, 1991.
- TODOROV, Tzvetan. **Estruturalismo e poética**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). **Teoria da literatura — formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1971.
- TOMACHEVSKI, B. **Temática**. In: TOLEDO,

Dionísio de Oliveira (org.). **Teoria da literatura — formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1971.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.